



PRIVATIZAÇÃO DA CAEMA: O POVO PAGA A CONTA! REAJUSTE DE ATÉ 417%

Recentemente, o Estado do Maranhão passou por uma grande transição em seu Governo. Saiu de cena uma oligarquia que dominou o estado pro quase meio século, dando vez a um governo que, segundo sua proposta, valorizaria sobretudo o recurso humano presente nas empresas públicas, e faria investimentos para evitar possíveis privatizações.

Mas o que vemos é um cenário preocupante principalmente em relação a CAEMA, que continua com o risco de privatização, gerando preocupação em trabalhadores e trabalhadoras e na população, que poderá pagar mais caro para ter o fornecimento de água em sua residência.

Nos municípios de São José de Ribamar e Paço do Lumiar, a realidade já não é das melhores. Com a PRIVATIZAÇÃO da empresa para fornecimento de água para a população, a conta já chega mais cara desde janeiro de 2015: os reajustes foram de 48,2% e 96,5%, como mostra a tabela abaixo:

Classe tarifária	CAEMA (R\$/m ³)	Odebrecht Ambiental (R\$/m ³)	Percentual de reajuste
Tarifa residencial (até 10 m ³)	1,49	2,21	48,3%
Tarifa residencial popular (11 a 20 m ³)	2,28	4,48	96,5%
Tarifa comercial (até 15 m ³)	5,16	7,85	52,1%

O sistema de privatização também já chegou a Timon, e sua implantação visa agora os municípios de Santa Inês, Barra do Corda e Bacabal. Em Santa Inês, a proposta de reajuste médio da tarifa é de 42%, mas algumas classes tarifárias teriam reajuste de até 417%. Os consumidores residências com consumo de até 10 m³ teriam reajuste de 101% na tarifa.

O STIU-MA vem acompanhando todo o desenrolar dessa história e constatou que os processos de privatização apresentam irregularidades e vícios nos contratos e nas leis. A primeira irregularidade, comum a todos os processos, foi a aprovação a toque de caixa dos planos de saneamento básico dos municípios, com prejuízo da participação popular e da qualidade técnica dos planos aprovados. Na sequência, foram realizadas licitações rápidas, praticamente sem concorrência, com a omissão e conivência de prefeitos e vereadores.

Investigada na Operação Lava Jato, a Odebrecht diversifica seus ramos de atividade, buscando o controle do mercado da água no Maranhão, através da Odebrecht Ambiental Maranhão, que ganhou a licitação para operar o serviço nos municípios de São José de Ribamar e Paço do Lumiar. Em Timon a empresa que ganhou a licitação foi a Aegea, empresa de Mato Grosso do grupo Equipav. O STIU-MA solicitou ao Ministério Público Estadual nos municípios de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Santa Inês que realizem investigações sobre a legalidade desses processos de privatização e contra os reajustes abusivos praticados.

Cabe a CAEMA fazer a sua parte, investindo na melhoria do serviço e retirando Cargos de Chefias e de Gerencias para pessoas ligadas ao governo em suas regionais e na SEDE da Empresa, os PARAQUEDISTAS, tirando assim a oportunidade de crescimento profissional a trabalhadores e trabalhadoras, que enfrentam condições de trabalho muitas vezes precárias, para desempenharem seus trabalhos diariamente.

O STIU-MA vem cobrando um posicionamento do Governador Flávio Dino e da Diretoria da CAEMA quanto à esta situação. O que o Sindicato dos Urbanitários quer é garantir a seus filiados condições de trabalho dignas, valorização profissional e, principalmente, a eficácia da CAEMA no Estado.

PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA: ODEBRECHT AMBIENTAL OPERA COM IRREGULARIDADES EM MUNICÍPIOS DO MARANHÃO

Entrevista do presidente do STIU-MA José do Carmo Vieira, cedida ao Blogue do Ed Wilson e publicada no dia 11 de abril de 2015



Urbanitários Caema

STIU-MA 2015

FILIADO A

Urbanitários:
30 anos de luta
organizada



Informativo do Sindicato dos Urbanitários-MA - nº 04 - 23/ABR/ 2015 www.urbanitarios.org.br

Blogue – Desde quando vem ocorrendo a privatização nos sistemas de abastecimento de água nas prefeituras do Maranhão?

José do Carmo Castro - Alguns municípios começaram a adotar medidas para a privatização dos sistemas de água e esgoto em novembro de 2013, como por exemplo os municípios de São José de Ribamar e Paço do Lumiar, que no espaço de uma semana aprovaram leis idênticas para autorizar a privatização. Neste momento a privatização já foi concluída em Timon, São José de Ribamar e Paço do Lumiar.

Blogue – De que forma as empresas interessadas na privatização fazem a abordagem dos(as) prefeitos(as)?

José do Carmo Castro – Oficialmente, o que se tem notícia é a movimentação de grandes empreiteiras, como a Odebrecht, empresa envolvida na operação Lava-Jato da Polícia Federal, e de outros grupos menores, como a Aegea-Equipav, manifestando interesse em realizar investimentos para assumir a prestação dos serviços de água e esgoto nos municípios. Esperamos que isso esteja ocorrendo dentro da lei, mas alguns procedimentos errados adotados nos processos de privatização indicam pressa e descumprimento da Lei Federal nº 11.445.

Blogue – Houve alguma irregularidade nas privatizações já efetivadas ou em curso nos municípios maranhenses?

José do Carmo Castro – A principal característica dessas privatizações foi o reajuste abusivo nas tarifas. Em São José de Ribamar e Paço do Lumiar a tarifa de água teve reajustes entre 48,2% e 96,5%. Em Santa Inês foi aprovado reajuste na tarifa de água teve variando de 13,2% a 417,7%. Na classe tarifa residencial até 10 m³, que abrange 29% dos moradores de Santa Inês, o reajuste foi de 101,3%. Nesse município o reajuste médio aprovado foi de 42%. Ou seja, o povo é que está pagando a conta da privatização.

Blogue – Como ocorreram as irregularidades? Em quais etapas da privatização? Quais foram os responsáveis?

José do Carmo Castro – A primeira irregularidade, comum a todos os processos, foi a aprovação a toque de caixa dos planos de saneamento básico dos municípios, com prejuízo da participação popular e da qualidade técnica dos planos aprovados. Na sequência, foram realizadas licitações rápidas, praticamente sem concorrência, em que não houve redução das tarifas iniciais propostas. Nessas licitações foram descumpridas disposições expressas da Lei 11.445, como a realização de audiência pública para submeter a minuta do edital de licitação e do contrato de concessão. Isso ocorreu em São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Santa Inês e Barra do Corda, que não fizeram essa audiência pública, e parcialmente em Timon, que fez a audiência, mas submetendo apenas parte dos documentos necessários. Nos casos de Santa Inês, São José de Ribamar e Paço do Lumiar já conseguimos identificar que ao final das concessões não haverá sequer a cobertura plena do serviço na área urbana. Possivelmente isso ocorreu também em Timon e Barra do Corda. Em outras palavras, a população vai pagar caro pelos serviços de água e esgoto, mas não terá assegurada cobertura plena,

nem daqui a 30 anos. Outro fato grave é que em todos esses municípios foi privatizado apenas o serviço de água e esgoto na zona urbana, ficando a responsabilidade sobre o serviço na zona rural com os municípios.

Blogue – Qual a relação entre a Odebrecht e a Odebrecht Ambiental na privatização realizada em São José de Ribamar?

José do Carmo Castro – A Odebrecht é a controladora da Odebrecht Ambiental. Em São José de Ribamar e Paço do Lumiar foi criada uma sociedade de propósito específico, a Odebrecht Ambiental Maranhão, inicialmente com capital social de R\$ 1.000,00, para assinar o contrato com o consórcio Cisab/Procidade. Isso também ocorreu em Timon, Santa Inês e Barra do Corda. Quem vai assumir a prestação dos serviços nesses municípios serão empresas recém criadas.

Blogue – Como o sindicato avalia o papel da Caema (Companhia de Saneamento Ambiental) diante do avanço das empresas privadas controlando o abastecimento de água nos municípios do Maranhão?

José do Carmo Castro – Historicamente a Caema é responsável pela descrença da população na eficiência da prestação de serviços públicos de água e esgoto. Seus sucessivos prejuízos financeiros, aliados as falhas no fornecimento de água, e a quase inexistência da coleta de esgoto, criam na população uma sensação de que algo precisa ser feito. Contudo, o que a população está descobrindo é que a alternativa da privatização dos serviços vai custar muito caro, e não vai assegurar a prestação de serviços de qualidade. Em cada município está sendo criado um órgão regulador para fiscalizar a prestação de serviços. Ora, a população brasileira percebe a dificuldade que o próprio Governo Federal tem com a regulação de serviços públicos pelas agências reguladoras federais, que possuem estrutura e recursos para realizar essa função. Imagine como será a regulação por órgãos municipais sem estrutura e recursos?

Blogue – Na concepção do sindicato, de que forma o governo Flávio Dino pode agir nesse cenário de privatização do abastecimento de água?

José do Carmo Castro – Melhorando a prestação dos serviços de distribuição de água e ampliando o serviço de esgoto. Ao mesmo tempo, é necessário modernizar a gestão da Caema, com o combate de perdas.

Blogue – Que tipo de medidas o sindicato pretende tomar diante da privatização em vários municípios?

José do Carmo Castro – Em todos esses municípios o sindicato está provocando o Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública para adoção de medidas judiciais para a reversão da privatização, onde ela já ocorreu, e o cancelamento dos processos de privatização que ainda estão em curso. A privatização que está acontecendo no Maranhão não interessa à população. Por enquanto, o povo está pagando o pato nesses processos de privatização. Além dessa provocação aos órgãos públicos, o sindicato está buscando outras entidades da sociedade civil nestes municípios para discutir os impactos da privatização dos serviços de saneamento.